§ 1º É vedado o aditamento de Convênio com o intuito de alterar seu objeto, entendido como tal a modificação, ainda que parcial, da finalidade definida no correspondente Termo de Convênio e Plano de Trabalho.

§ 2º Quando se tratar apenas de alteração da natureza de despesa para execução do objeto admitir-se-á ao Conveniente propor a reformulação do Plano de Trabalho, através do formulário – Solicitação de Remanejamento de Plano de Trabalho, que será previamente apreciada pela Área Técnica e submetida à aprovação da autoridade competente do Órgão ou Entidade Concedente, que poderá aprová-la por ato de ofício, não necessitando a celebração de Termo Aditivo.

§ 3º Na alteração da natureza de despesa de que trata o parágrafo anterior é vedada a realocação da categoria econômica de despesas de capital para despesas correntes, e vice-versa.

§ 4º Quando houver atraso na liberação dos recursos, o próprio Concedente deverá registrar no SISCON e prorrogar “de ofício”, em formulário padronizado gerado pelo SISCON, a vigência do Convênio pelo período de atraso verificado, sendo desnecessária a elaboração de parecer técnico e jurídico, e a assinatura do Termo pelo Conveniente;

§ 5º Nos casos de prorrogação da vigência do Convênio por necessidade do Conveniente, o mesmo deverá incluir a solicitação no SISCON e formalizar o pedido mediante ofício, com as razões da não execução no período programado, podendo o Órgão ou Entidade Concedente, após análise da Área Técnica respectiva e do Setor Jurídico, deferir ou não o pedido;

§ 6º A prorrogação de vigência, quando aprovada, será celebrada mediante Termo de Prorrogação Simplificada de Vigência, que será assinado apenas pelo Concedente;

§ 7º Excepcionalmente, quando se tratar de aditamento com repasse de novos recursos, o Conveniente deverá:

I – incluir a solicitação no SISCON elaborando novo Plano de Trabalho;

II – encaminhar a solicitação ao Concedente através de ofício, juntamente com o novo Plano de Trabalho;

III – estar em dia com a prestação de contas das parcelas anteriores;

IV – estar em situação de Habilitação Plena junto ao Estado na data da assinatura do Termo Aditivo, na forma do art. 6º desta Instrução Normativa,.

§ 8º No aditamento com repasse de novos recursos, a Área Técnica do órgão Concedente deverá se manifestar quanto à pertinência do pedido, em relação a seu objeto e custos envolvidos, e o Setor Jurídico quanto a sua legalidade, com vistas a embasar a decisão do ordenador de despesa.

§ 9º O Concedente, de posse do pedido de aditamento com repasse de novos recursos, deverá verificar a regularidade fiscal do Conveniente, imprimir certidão de Habilitação Plena no SISCON e anexá-la ao processo.

CAPÍTULO IX DA EXECUÇÃO

Art. 24 O Convênio deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Art. 25 A execução de obras e aquisição de produtos e serviços de terceiros com recursos do Convênio deverá obrigatoriamente ser precedida de licitação, nos moldes da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

§ 1º Na aquisição direta de produtos e serviços de valor inferior a 10% (dez por cento) do limite da Carta Convite, estabelecido na alínea “a”, do inciso II do artigo 23 da Lei nº 8.666/93 o Conveniente deverá providenciar Cotação de Preços no mercado com orçamento de pelo menos 03 fornecedores.

§ 2º Quando o Conveniente for Entidade Privada sem Fins Lucrativos, a aquisição de produtos e serviços de terceiros, exceto obras, com observância aos princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade, poderá ser substituída por Cotação Prévia de Preços no Mercado, desde que o valor total seja igual ou inferior ao limite da Carta Convite.

§ 3º Para realização da Cotação de Preços o Conveniente deverá executar os seguintes procedimentos;

I – elaborar a Solicitação de Orçamento para Cotação de Preços no SISCON;

II – descrever o objeto a ser contratado de forma completa e detalhada, e em conformidade com o Plano de Trabalho, classificando o tipo de objeto em serviços ou produtos;

III – especificar todos os itens a adquirir, com as respectivas unidades de medidas e quantidades, no caso de aquisição de produtos;

IV – enviar a Solicitação de Orçamento para, no mínimo, três (03) fornecedores ou prestadores de serviços estabelecendo prazo máximo de 05 dias para entrega dos orçamentos;

V – verificar se os produtos ou serviços orçados pelos fornecedores ou prestadores de serviços são compatíveis com as especificações técnicas e funcionais previstas na Solicitação de Orçamento;

VI – registrar no SISCON os orçamentos apresentados, informando o nome do fornecedor ou prestador de serviço, CNPJ/CPF, endereço, telefone, e-mail e site, se houver, e o preço unitário de cada item solicitado.

§ 4º O Conveniente deverá permitir a participação na Cotação de Preços de outros interessados que não tenham recebido a Solicitação de Orçamento, desde que o ramo de atividade tenha compatibilidade com o objeto a ser contratado e cumpra procedimentos do parágrafo 3º;

§ 5º O Conveniente deverá contratar de fornecedor que tenha participado de prévia Cotação de Preços e ofertado o menor preço por item ou orçamento global, devendo observar o que for mais vantajoso para administração.

Art. 26 A execução da contrapartida, quando de caráter financeiro, deverá ser depositada na conta específica do Convênio, obedecendo ao especificado no cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho.

Art. 27 Caso seja concluída a execução das metas objeto do Convênio e ainda existirem recursos financeiros não utilizados, o Conveniente poderá solicitar a ampliação das metas e a utilização do saldo de recursos, ficando a autorização a critério do Concedente e desde que atendidas as seguintes condições:

I – exista prazo suficiente para executá-las dentro da vigência;

II – a utilização seja limitada a dez por cento (10%) do valor do Convênio, ainda que o saldo seja maior, devendo o valor excedente ser devolvido ao Tesouro Estadual;

Parágrafo único. A solicitação deverá ser encaminhada ao setor competente do Órgão ou Entidade Concedente através do formulário “Solicitação de Ampliação de Metas no Plano de Trabalho”, disponível no SISCON.